

**ANEXO - PORTARIA SEGES/ME Nº 14.399, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021****Do cargo**

<b>Nome do cargo:</b>	Diretor
<b>Nível do cargo:</b>	CCE 1.15
<b>Unidade de atuação:</b>	Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro
<b>Previsão Legal do Cargo:</b>	Anexo II do Decreto 12.160, de 2 de setembro de 2024.

**Requisitos legais:**

<b>Gerais</b>	<p>Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021 (Art. 9º) e Decreto 10.829, de 05 de outubro de 2021 (Art. 15):</p> <p>Art. 15 - São critérios gerais para a ocupação de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional:</p> <p>I - idoneidade moral e reputação ilibada;</p> <p>II - perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e</p> <p>III - não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no <a href="#">inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990</a>.</p> <p>Parágrafo único. Os ocupantes de cargos em comissão e de funções de confiança informarão imediatamente a superveniência da restrição de que trata o inciso III do caput à autoridade responsável por sua nomeação ou sua designação.</p>
<b>Específicos</b>	<p>Decreto nº 10.829, 05 de outubro de 2021.</p> <p>Art. 19 - Além do disposto no art. 15, os ocupantes de CCE ou de FCE de níveis 15 a 17 atenderão, no mínimo, a um dos seguintes critérios específicos:</p> <p>I - possuir experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</p> <p>II - ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;</p> <p>III - possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</p> <p>IV - ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.</p>

**Das responsabilidades**

<b>Principais atribuições:</b>	<p>Decreto nº 11.203, de 21 de setembro de 2022 (Art. 16).</p> <p>Art. 16 - Ao Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro compete: planejar, coordenar, executar e articular as atividades de proteção e preservação da identidade cultural das comunidades dos remanescentes dos quilombos;</p> <p>II - acompanhar projetos de intervenção em bens móveis e imóveis do patrimônio cultural afro-brasileiro de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, com vistas a garantir a preservação de suas características culturais;</p> <p>III - subsidiar o Presidente da FCP nos atos de expedição das certidões de</p>
--------------------------------	---

	autodefinição dos remanescentes das comunidades dos quilombos; IV - proceder ao registro das certidões de autodefinição dos remanescentes das comunidades dos quilombos; V - apoiar, executar e articular ações culturais, sociais e econômicas com vistas à proteção e à sustentabilidade das comunidades dos remanescentes dos quilombos; VI - assistir e acompanhar as ações de regularização fundiária das comunidades de quilombos certificadas; VII - subsidiar e assistir as atividades que assegurem a assistência jurídica às comunidades dos remanescentes dos quilombos, por intermédio da Procuradoria Federal junto à FCP; e VIII - assessorar os órgãos da Defensoria Pública na defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos.
<b>Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho:</b>	Atuação gerencial que envolve os coordenadores, chefes de projetos e demais servidores que se encontram lotados na Unidade.
<b>Dos requisitos desejáveis</b>	
<b>Formação:</b>	Possuir formação acadêmica em curso superior
<b>Experiência:</b>	Trata-se de cargo que exige conhecimento multidisciplinar, portanto, os conhecimentos ligados à missão e as atividades desempenhadas pela entidade favorecem o exercício do cargo.
<b>Competências:</b>	O cargo requer capacidade de comunicação com agentes políticos de alto escalão, integridade profissional, proatividade, capacidade de articulação e de resolver problemas, experiência profissional na administração pública, orientação para os resultados, visão sistêmica, compartilhamento de informações e conhecimentos, liderança de equipes e gestão de pessoas.
<b>Outros Requisitos:</b>	Outras trajetórias e experiências profissionais que possam potencializar o desempenho no cargo e outros requisitos porventura relevantes.